

## A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Fabiana Marília dos Santos <sup>1</sup>  
Isailma Rocha de Araujo <sup>2</sup>  
Maria Dolores Fortes Alves <sup>3</sup>

### RESUMO

Reconhecendo a importância da Educação Inclusiva para o desenvolvimento de jovens com Síndrome de Down (SD), o presente artigo faz uma reflexão sobre os estudos e pesquisas que contribuem com a Educação Inclusiva voltadas para este público na modalidade “Educação de Jovens e Adultos” (EJA). Entre as perguntas orientadoras, destaca-se: como tornar a sala de aula da EJA um espaço inclusivo para alunos com SD? Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa bibliográfica e análise de conteúdo, de caráter descritivo, tendo por campo empírico a plataforma SciELO, o portal de periódicos da CAPES e documentos impressos. Abordar esse tema possibilita sua problematização, o que corrobora para a qualificação da prática educativa, especialmente no que se refere aos alunos com Síndrome de Down. Favoreceu-se também, compreender o papel das práticas de aprendizagem integradoras e inclusivas, pois, essas valorizam as capacidades individuais dos alunos em detrimento de seus déficits. Os resultados expressam que a inclusão é uma grande oportunidade para alunos, pais e educadores demonstrarem que as diferenças se complementam. Concluindo-se, que, para que haja a inclusão escolar é fundamental o uso de estratégias educacionais como: incremento de práticas de aprendizagens inclusivas, a busca por novas possibilidades de transmissão do conhecimento de forma diversificada, estimulando a criatividade dos profissionais e focando nas capacidades e não nas deficiências do indivíduo.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva, Inclusão, Síndrome de Down, EJA.

### INTRODUÇÃO

Entender o processo de inclusão na educação requer um olhar mais apurado em direção aos agentes que contribuem para o processo. Nesse sentido, Alves, Filho e Leite (2019) expõem que a inclusão admite o pleno direito de todos os sujeitos serem aceitos e respeitados diante das diferenças, garantindo as mesmas oportunidades perante a sociedade. Sendo assim, essa

<sup>1</sup> Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, [fabianapedagoga51@gmail.com](mailto:fabianapedagoga51@gmail.com);

<sup>2</sup> Graduada pelo Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, [isailma\\_1970@hotmail.com](mailto:isailma_1970@hotmail.com);

<sup>3</sup> Professora Doutora do Curso de Pedagogia da Universidade Federal de Alagoas - UFAL, [mdfortes@gmail.com](mailto:mdfortes@gmail.com);



pesquisa buscou contemplar a Educação Especial inclusiva voltada para alunos com síndrome de Down (SD) na Educação de Jovens e Adultos (EJA), focando em estudantes acima de 15 anos.

O presente trabalho foi fruto das nossas vivências particulares, as quais despertaram o nosso interesse, dando margem à possibilidade de aprofundar conhecimentos com ênfase na educação para jovens e adultos com SD através do estudo de autores que abordam o tema.

Compreendemos que a presença de jovens e adultos com SD no ensino regular ainda é um assunto bastante interessante para se explorar, bem como quais atitudes provenientes da escola são primordiais para que a inclusão seja bem-sucedida. Desse modo, “ao pensar a inclusão social deparamo-nos com a inclusão escolar, uma vez que a escola tem importante papel na formação do ser social” (ALVES, FILHO e LEITE, 2019, p.73).

Segundo Mantoan (2003), a valorização e o respeito às diferenças, são pilares para a construção de um projeto educacional inclusivo. Isto implica numa redefinição das escolas do ponto de vista de suas concepções e práticas. A autora afirma que:

A inclusão total e irrestrita é uma oportunidade que temos para reverter a situação da maioria de nossas escolas, as quais atribuem aos alunos as deficiências que são do próprio ensino ministrado para elas.

— sempre se avalia o que o aluno aprendeu, o que ele não sabe, mas raramente se analisa “o que” e “como” a escola ensina, de modo que os alunos não sejam penalizados pela repetência, evasão, discriminação, exclusão, enfim... (MANTOAN, 2003, p.18).

Partindo desse pressuposto, o maior objetivo deste trabalho é abordar estudos e pesquisas que se dedicam à educação inclusiva para pessoas com SD na EJA, no sentido de enfatizar a importância da educação inclusiva como um ambiente de desenvolvimento cognitivo e social que proporciona o respeito à diversidade e contribui para formação da identidade social e cultural. Desses sujeitos. Para tanto, este artigo traz como pergunta-problema a seguinte indagação: Como tornar a sala de aula da EJA um espaço inclusivo para alunos com SD?

Nesse sentido, para atender ao questionamento central deste artigo, foi elencado como objetivo geral abordar estudos e pesquisas dedicados à educação inclusiva na EJA, especialmente para alunos com SD. Tendo como objetivos específicos:

- a) difundir os saberes acerca da inclusão como processo essencial para a formação da identidade social e cultural da pessoa com SD;
- b) compreender a importância da escola inclusiva no contexto da EJA, especialmente no que se refere aos alunos com SD;

- c) compreender o papel das práticas de aprendizagens integradoras e inclusivas que contemplem as capacidades individuais dos alunos em detrimento de seus déficits.

## **METODOLOGIA**

Para fins de esclarecimento metodológico, essa pesquisa caracteriza-se como pesquisa bibliográfica<sup>4</sup> e análise documental, de caráter descritivo, considerando a totalidade do problema, investigando-o em suas múltiplas dimensões. A base de dados para a referida pesquisa foi construída através de dados encontrados nas plataformas SciELO e periódicos da CAPES, além de algumas documentações impressas. Ressalta-se que nossa opção metodológica contemplou artigos mais recentes datados a partir do ano de 2003, artigos em língua portuguesa, pertinentes ao assunto de educação inclusiva, SD e EJA.

A revisão de literatura foi realizada de forma crítica, orientada pelo problema de pesquisa. Procurou-se justificar o tema escolhido, apontando o conceito da inclusão social, o contexto histórico da educação inclusiva no Brasil e da Educação de Jovens e Adultos - EJA, bem como os problemas encontrados no processo de inclusão, indicando possíveis soluções para o problema em estudo. Tencionou-se, também, trazer discussões acerca da SD, as dificuldades cognitivas dos indivíduos com a síndrome e os benefícios da prática de aprendizagem inclusiva para o seu desenvolvimento. Como critério de exclusão, optou-se por excluir os artigos que não estão relacionados ao problema abordado.

Esse artigo está organizado em mais cinco seções, a saber:

- 1) Breve Retrospectiva Histórica da Educação Inclusiva no Brasil;
- 2) A Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil;
- 3) Panorama sobre a Síndrome de Down (SD);
- 4) A síndrome de Down (SD) e o processo pedagógico na Educação de Jovens e Adultos (EJA);
- 5) Práticas de Aprendizagens Integradoras e Inclusivas (PAIIs) e sua importância para o ensino de sujeitos com síndrome de Down (SD).

---

<sup>4</sup> Conforme Gil (2002, p.44) “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. Tendo como finalidade fazer levantamentos e análises críticas de materiais já publicados a respeito do tema de pesquisa.



**IV CINTEDI**

EDIÇÃO DIGITAL

10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2021

ISSN: 2359-2915

# 1 BREVE RETROSPECTIVA HISTÓRICA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL

Segundo Alves, Filho e Leite (2019), no Brasil, o desenvolvimento da educação especial teve início no final do século XIX, com as primeiras instituições educativas denominadas de Instituto dos Meninos Cegos (atual Instituto Benjamim Constant - IBC) e o Instituto dos Surdos - Mudos (atual Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES).

Em 1948, devido ao grande número de pessoas mutiladas (período Pós-Segunda Guerra Mundial), foi formulada a Declaração dos Direitos Humanos<sup>5</sup> com ênfase na não-discriminação às (PcDs) (ALVES; FILHO; LEITE, 2019).

Em 1961, foi promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de nº 4.024, que previa a matrícula dos “excepcionais” de forma integradora, porém com uma ressalva, “somente quando possível”.

A Constituição Federal (1988) foi um marco para democratização da educação brasileira, assegurando a implementação da educação inclusiva às (PcDs) na rede regular de ensino, garantido também o direito ao atendimento especializado (MANTOAN, 2015).

Em 1994, ocorreu na cidade de Salamanca, Espanha, o Congresso Mundial de Educação Especial, com o objetivo de organizar políticas públicas e práticas na área da educação inclusiva para as pessoas com deficiências. Na ocasião foi redigido um documento denominado Declaração de Salamanca<sup>6</sup>, considerado relevante no que se refere à inclusão educacional (ALVES; FILHO; LEITE, 2019).

Avançando no tempo, chegamos à Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de nº 9394/96 de 20 de dezembro de 1996. No capítulo V desta lei, é promovida a discussão da educação especial como modalidade escolar direcionada a alunos com necessidades especiais, oferecida pelo ensino regular de preferência, sendo dever do Estado à oferta da educação especial (SILVA e CARVALHO, 2017).

---

<sup>5</sup> A Declaração Universal dos Direitos Humanos é um documento composto por 30 artigos, os quais determinam os direitos básicos que todo ser humano deve possuir. Foi elaborada por uma comissão da Organização das Nações Unidas (ONU) em 10 de dezembro de 1948 (RIBEIRO, 2021).

<sup>6</sup> A Declaração de Salamanca é um documento elaborado em 1994, com o objetivo de fornecer diretrizes básicas para a formulação e reforma de políticas e sistemas educacionais de acordo com o movimento de inclusão social (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, MEC, 1994).

No intuito de promover, estimular e garantir os direitos da (PcD), foi possível redesenhar iniciativas para que os alunos da Educação Especial tivessem acesso às salas de aula de ensino regular.

Em 2008, o Ministério de Educação estabeleceu a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, o documento foi elaborado pelo grupo de trabalho nomeado pela portaria do ministerial nº 555 em 5 de junho de 2007 o ponto principal desse documento é o posicionamento em defesa do direito dos alunos serem incluídos todos na mesma classe das escolas regulares, com deficiência ou não, em contraponto à situação anterior em que os estudantes com Necessidades Educacionais Especiais são destinados a classes especiais (BENTO, 2020, p.25).

Em 2015, foi aprovada a Lei 13.146/15, conhecida como Lei Brasileira de Inclusão (LBI). Essa lei sintetiza, dentro do seu contexto, a alteração de algumas legislações existentes em harmonia com os conceitos feitos pela Convenção Internacional de Direitos Humanos. A educação é destaque no capítulo IV, do Art. 27, onde afirma:

A educação constitui direito da pessoa com deficiência, assegurados sistema educacional inclusivo em todos os níveis e aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais, segundo suas características, interesses e necessidades de aprendizagem (GUIA LBI, 2015, p.34).

## **2 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA) NO BRASIL**

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) não é característica da atualidade, uma vez que existe no Brasil desde o período da colonização. Contudo, foi somente na década de 1930 que a EJA ganhou destaque e começou a tomar espaço na educação do país, tornando-se um direito constitucional em 1934, com a criação do Plano Nacional de Educação (PNE), que determinava o ensino primário, gratuito e com frequência obrigatória, abrangendo também o público adulto (MIRANDA; SOUZA; PEREIRA, 2016).

A modalidade Educação de Jovens e Adultos (EJA) surgiu com a LDB nº 9.394/96, com a finalidade de transformar a esfera da educação no Brasil, oferecendo oportunidades àqueles que não deram continuidade e/ou não frequentaram a escola regular no tempo adequado, por diversos motivos. A LDB nº 9.394/96 reafirmou o direito dos jovens e adultos ao ensino básico, disponibilizando oferta gratuita, com garantia de acesso e permanência, sob a responsabilidade dos entes federados (MIRANDA; SOUZA; PEREIRA, 2016).

Apesar do grande esforço que se tem feito em legitimar os direitos educacionais, colocam-se em discussão os programas e projetos de governo que não garantem o acesso, a



permanência e a qualidade do ensino para jovens e adultos. Visto que as políticas de governo não trazem estabilidade aos programas educacionais referentes à EJA. Pois, a cada troca de governo esses programas educacionais podem ser descontinuados, pondo em risco o direito a uma educação de qualidade.

Araujo (2011, p. 283), enfatiza que "apenas no século XX é que a ideia da educação como propulsora de igualdade econômica e social pode ser relacionada com a de direito a ser garantido pelo Estado". Desse modo, a luta da EJA é fazer com que as políticas de governo se tornem políticas de Estado.

### 3 PANORAMA SOBRE A SÍNDROME DE DOWN (SD)

A SD só veio ser considerada como manifestação clínica com o trabalho de Langdon Down, em 1866, definindo a existência de raças superiores a outras, considerando a deficiência intelectual como raças inferiores. A SD recebeu esse nome em homenagem a Langdon, pois foi o primeiro a descrever, através de seus estudos, as características de uma criança com SD (SILVA e DESSEN, 2002).

A SD é caracterizada como uma alteração genética ocorrida no momento da concepção. Essa alteração genética é definida pela presença a mais do autossomo 21, ou seja, em vez de dois cromossomos 21, o indivíduo possui três. Essa alteração recebe o nome de trissomia simples (ROMERO, 2014). A SD pode ser causada por três tipos de comprometimento, sendo:

Trissomia simples: é a mais comum, se caracteriza como os dois cromossomos (da mãe e do pai) formando o par 21 e o terceiro extra, causador da Síndrome Trissomia por Translocação: acontece em cerca de 3% das crianças. Na translocação o número de cromossomos nas células é 46, mas o cromossomo 21 extra, está montado sobre outro cromossomo par. Mosaicismo: ocorre em 1% dos casos. São indivíduos que possuem células normais (46 cromossomos) e células trissômicas (47 cromossomos). Neste caso ocorre um erro nas divisões celulares, apresentando um tipo de quadro em mosaico. Alguns autores relatam que algumas crianças com síndrome de Down do tipo mosaicismo apresentam traços menos acentuados e que seu desempenho intelectual é melhor do que a média para uma criança com a trissomia do par 21 (SCHWARTZMAN, 1999 apud ROMERO, 2014, p.12-13).

A SD não é uma patologia, podendo ocorrer com qualquer pessoa. Nada que os genitores tenham feito determina o nascimento de uma criança com SD. O cromossomo 21 será, sempre, o responsável pelas características físicas e pela função intelectual limitada. Todavia, as crianças com SD são únicas, desde a aparência até os talentos, personalidade, ideias etc. (LIMA e MONTEIRO, 2019).

É fato que crianças e jovens Down apresentam algumas limitações, porém essas limitações não impedem sua inserção no ensino regular. Contando com a participação de educadores envolvidos em todo o processo educativo e com práticas pedagógicas eficazes, esses indivíduos serão estimulados e se desenvolverão em conjunto com os demais alunos (SANTOS, MENEZES e ROSA, 2016).

#### **4 A SÍNDROME DE DOWN (SD) E O PROCESSO PEDAGÓGICO NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS**

A escola possui um papel importante na vida do cidadão, pois, além de ser uma instituição de ensino, o ambiente escolar possibilita o acesso à interação social. Alves e Filho (2017) afirmam que incluir possibilita oferecer ao indivíduo condições para participar ativamente da sociedade e no âmbito educacional, fazem com que os alunos se sintam sujeitos ativos, autônomos e independentes dentro e fora da escola. A presença de crianças, jovens e adultos com SD no ensino regular ainda é um assunto em discussão, uma vez que a atitude da escola é primordial para que a inclusão seja bem-sucedida.

Conforme proposta das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs), do Ministério da Educação e Cultura (MEC), o desenvolvimento da criança com SD é bastante similar ao das crianças que não apresentam a síndrome, contudo num ritmo mais lento. Nas próprias DCNs, a educação especial tem como objetivo realizar avaliações e planejamentos periodicamente, a fim de identificar as necessidades individuais e gerais dos alunos especiais; valorizar a criança ou o jovem, inserindo-o e motivando-o em seu processo educacional; e, por fim, respeitar as individualidades e suas variações intelectuais, oferecendo possibilidades de desenvolvimento que sejam iguais, independente do ritmo individual (ROMERO, 2014).

Segundo Santos, Menezes e Rosa (2016), a pessoa com SD pode apresentar déficit intelectual de leve a moderado, mas isso não significa que elas não serão capazes de aprender ou de frequentar a escola. O grau de deficiência intelectual em jovens com SD também sofre variações, pois o ambiente familiar e escolar contribui de forma efetiva no desenvolvimento das habilidades intelectuais e sociais dos mesmos.

O papel da família no processo de desenvolvimento de crianças com SD é de extrema importância, pois os estímulos oferecidos durante a infância e os cuidados recebidos no ambiente familiar auxiliam no desenvolvimento da fala e na articulação das palavras, no desempenho neuromotor, como também no fortalecimento dos vínculos afetivos. Assim, “todo



aluno com SD precisará em algum momento, de apoio, não especificamente de uma equipe extra ou específica. Cabe evidenciar, que a família e a escola são instituições que também exercem grandes influências no desenvolvimento do indivíduo e formam as suas representações sociais” (SOUSA, 2017, p.32).

Segundo Sousa (2017), a inclusão de pessoas com SD não interfere no rendimento escolar dos demais alunos, pois a diversidade social proporciona trocas de experiências sociais e culturais. Segundo a autora:

Os membros da equipe escolar devem estar cientes das necessidades do aluno e trabalhar bem com elas, dando o apoio quando necessário, mas não pode ser ajudado o tempo todo. O importante é que estejam inseridos e motivados no grupo para superar os seus limites. O apoio pode ser dado pelos seus próprios colegas (SOUSA, 2017, p.32).

Em alguns indivíduos com SD, a linguagem é a mais comprometida, sendo lenta e difícil compreensão. Por isso, a estimulação precoce é primordial. O desenvolvimento da aprendizagem vem dessa harmoniosa evolução da linguagem, percepção, esquema corporal, orientação temporal - espacial. Algumas pessoas com SD não possuem um conceito de tempo e espaço, tem dificuldade auditiva, visual e, conseqüentemente, uma memória auditiva de curto prazo. Porém, essas dificuldades podem ser minimizadas se as orientações passadas em sala de aula vierem acompanhadas de gestos e uso de figuras (SANTOS, 2016; BISSOTO, 2005).

Devido ao baixo tônus muscular das crianças e adultos com síndrome de Down, apresentam atraso no alcance dos marcos de desenvolvimento motor. Nesse sentido, atividades com uso de músicas, pinturas, recortes de papel, jogos de montagem são ferramentas importantes a serem utilizadas em sala de aula, visando o desenvolvimento dessas funções. Os professores precisam conhecer as limitações de seus alunos, para que, através de estudos de caso, possam planejar a melhor maneira de ensino e inclusão na rotina escolar e no cotidiano social da escola comum (SANTOS, 2016).

Essa diferença de assimilação deve ser respeitada, pois cada indivíduo possui um ritmo diferente. Para auxiliar nesse processo, os alunos podem ser estimulados por meio de atividades lúdicas, audiovisuais, visando prepará-los para aprendizagem, uma vez que as atividades prazerosas estimulam o aluno a querer aprender (BARBOSA, 2017).

Como um exemplo das atividades acima citadas, Alves (2016) destaca como Práticas de Aprendizagem Integradoras (PAIS), as ações, estratégias multissensoriais e multidimensionais. Explica que são estratégias que englobam a razão, a imaginação, a intuição, a colaboração e o impacto emocional vivenciado por todos os sujeitos de maneira



multidimensional e multirreferencial. Nesse sentido, aponta que essas estratégias produzem a integração do indivíduo consigo, com o outro e com a natureza, fazendo-o sentir-se parte do todo. Afirma, ainda, que o uso de estratégias se apresenta como uma resposta às incertezas, à complexidade do contexto e deve sempre vir constituída pela reflexão, pela consciência e conscientização de suas possibilidades.

A inclusão de crianças e adultos com SD exige, do professor (a), maior formação acerca do processo de ensino-aprendizagem, para que as necessidades educacionais de cada aluno sejam supridas. Afinal, no processo de inclusão escolar não são somente os indivíduos com SD que desenvolvem suas potencialidades. Essa interação possibilita aos demais alunos adquirir a capacidade e o respeito para lidar com a diversidade (ANHÃO, PFEIFER e SANTOS, 2010).

O atendimento a uma criança com Síndrome de Down exige do educador um preparo intelectual, paciência e dedicação da sua parte, para reconhecer não somente suas dificuldades e limitações, mas principalmente suas habilidades e potencialidades. A intervenção deve estar direcionada aos seus talentos e capacidades, de forma a desenvolver suas possibilidades. O professor deve utilizar o mesmo material entre as crianças ou materiais similares para evitar que o aluno se sinta diferente dos demais colegas, e os mesmos possam ver a criança com outro olhar (SANTOS, 2016, p.31-32).

O conhecimento dos profissionais, a respeito das limitações de seus alunos, faz toda a diferença, facilitando a construção do planejamento pedagógico. Desse modo, é de extrema importância que os professores de crianças, jovens e adultos com SD planejem um aprendizado afetivo, aliado a um ambiente de aconchego e carinho, rico em recursos de apoio à aprendizagem, que promova círculos de diálogos, momentos de descontração e descobertas. Dessa maneira, as informações passadas dificilmente serão esquecidas pelas pessoas com SD. Indivíduos com SD são muito afetivos, gostam de aprender, possuem boa interação com os demais alunos da turma. Assim, o professor precisa ser criativo e ter o cuidado de não restringir a aprendizagem na sala de aula.

## **5 PRÁTICAS DE APRENDIZAGENS INTEGRADORAS E INCLUSIVAS (PAIIs) E SUA IMPORTÂNCIA PARA O ENSINO DE SUJEITOS COM SÍNDROME DE DOWN (SD)**

Impulsionar a aprendizagem do adulto com SD é tão relevante que deve ser realizado de maneira a criar condições para a prática e para a expansão de suas habilidades. Na verdade,



não existe uma “receita” para ensinar pessoas com SD. Contudo, é possível pensar em procedimentos que conduzam ao conhecimento e ao esforço do próprio Down em se superar.

Nesse contexto, tomou-se, como base de estudo, a obra de Alves *"Práticas de Aprendizagens Integradoras e Inclusivas"* (2016), que contém atributos suficientes para versar com propriedade sobre como trabalhar com estratégias de aprendizagens integradoras. Dessa forma, explorou-se o conteúdo desse livro com a finalidade de trazer novas contribuições e definições que permitam ampliar a percepção sobre Educação Inclusiva.

Segundo a autora, a proposta de Aprendizagem Integradora tem seus fundamentos:

No pensamento Ecológico, na Transdisciplinaridade e na Complexidade. Esses pensamentos, além de considerarem o sujeito humano como um ser biológico, afetivo, cultural, cognitivo, ainda percebe esse indivíduo transversalizado, integrado pela intuição e espiritualidade com todas essas partes inter-relacionadas (ALVES, 2016, p.66).

Desse modo, para Alves (2016), o sujeito faz-se único e de igual valor. E aponta que:

O trabalho com Estratégias de Aprendizagem Integradora favoreça com que os sujeitos ensinantes-aprendentes relacionem a linguagem com a vida, proporcionando interações em vários espaços de aprendizagem, em grupos, em equipe, de modo que os sujeitos dialoguem, reflitam, leiam e escrevam sobre assuntos que lhe são familiares e experimentem uma variedade de recursos para aprender e construir aprendizagens, como imagens, linguagem corporal, música etc., de forma que todos os participantes encontrem sentido na linguagem utilizada e possam dizer sua palavra, expressarem-se e serem compreendidos em seu linguajar. Porém, mais que isso, que se sintam parte do espaço, do meio que participam (ALVES, 2016, p.66).

Somando-se a isso, Alves (2016) complementa que o uso de estratégias de aprendizagem traz a possibilidade do uso de métodos ativos de ensino que permitam aos sujeitos relacionarem o que veem e ouvem com o que experimentam de modo autônomo e participativo. Considera-se esse movimento como essencial para a ampliação da aprendizagem, da corporeidade e do aprender a conviver, aceitar e respeitar as diferenças. Ressalta-se, também, a importância da consciência dos sujeitos acerca do trabalho em grupo como parte integral da aprendizagem e do inter-relacionamento saudável, mais resiliente e criativo.

É interessante que essas práticas sejam organizadas a partir de um cenário de aprendizagem integradora. Conforme Alves (2016), esse cenário deve contribuir com encontros e partilhas, proporcionando experimentações, diálogos, criações e descobertas, de forma harmoniosa, oferecendo a cada um condições de aprendizagens diante da sua realidade.

Esses cenários podem ser desde um cenário mental (imaginação de uma cena, paisagem, meditação dirigida, viagem interior etc.), ou cenário físico perceptivo pelos sentidos, como um filme de cinema, um coro musical, o teatro, as festas com diversas



atividades (como é o caso das festas juninas), as atividades de jogos cooperativos, os círculos de diálogos, a aula de meditação em grupo, a massagem compartilhada, as dinâmicas de grupo construtivas etc. Enfim, são diversos cenários. O importante é a intencionalidade com que são construídos de modo que palavras e multissensorialidade contribuam para corporificar o ser, o aprender e o viver mais humano, integrado e fraterno (ALVES, 2016, p.67-68).

O caminho proposto pela autora, além de esclarecedor, permite apreender suas reflexões a respeito de práticas inclusivas, salientando a relevância de atribuir à multiplicidade de ações o desenvolvimento das potencialidades humanas. Promovendo, assim, conexões entre educando e educador, facilitando sua relação com o meio e com o todo que o compõem, permitindo alcançar interconexões diante das evoluções adquiridas através da educação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos no decorrer deste trabalho, as transformações no âmbito educacional a respeito da inclusão de pessoas com deficiência (PcD). Explicitamos que a Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem se configurado também como um espaço de “inclusão”, em virtude de ser designada para suprir as lacunas deixadas pela educação básica. Destacamos, por meio da pesquisa, a possibilidade da pessoa com SD terem acesso às classes comuns de ensino regular, pois, possuem inúmeras potencialidades. Nesse sentido, o uso das Práticas de Aprendizagem Integradoras e Inclusivas é uma das estratégias que podem ser usadas em prol da transformação da educação inclusiva.

No contexto escolar, a Educação Especial Inclusiva tem o papel de adaptar o aluno com deficiência à mesma condição do aluno sem deficiência. O objetivo da Educação Especial Inclusiva, em específico para pessoas com SD, vai além da garantia do acesso dos alunos nas classes comuns, como também na sua permanência.

É importante ressaltar também que, além dos próprios educadores, a parceria com as famílias no processo da inclusão escolar e social de sujeitos com SD é fundamental já que, quebra barreiras de pensamentos em relação a seus próprios filhos e, principalmente, auxiliar na promoção de políticas públicas em prol da permanência dos alunos em sala de aula.

Chegamos à conclusão do trabalho realizado, acreditamos que este promova conhecimentos acerca do desenvolvimento dos jovens e adultos com síndrome de Down. Destacando os caminhos já percorridos pela sociedade no sentido de garantir direitos à acessibilidade e inclusão aos sujeitos com SD, pretendemos ampliar, promover e aperfeiçoar a concepção de desenvolvimento da pessoa com deficiência. Através da análise apresentada,

nossa pesquisa sugere que o ato de inclusão com o uso de práticas de aprendizagem integradoras e inclusivas favorece o processo de aprendizado e desenvolvimento do Down na idade adulta, para que este conquiste autonomia e um lugar de direito digno e próprio na sociedade.

## REFERÊNCIAS

ANHÃO, Patrícia Páfaro Gomes; PFEIFER, Luzia Iara; SANTOS, Jair Lício dos. **Interação social de crianças com Síndrome de Down na educação infantil**. Revista Brasileira de Educação Especial, v. 16, n. 1, p. 31-46, 2010;

ALVES, Maria Dolores Fortes. **Práticas de aprendizagem integradoras e inclusivas: autoconhecimento e motivação**. Rio de Janeiro: WAK, 2016;

ALVES, Maria Dolores Fortes; PEREIRA FILHO, Adalberto Duarte; LEITE, Tamires. **Breve discussão sobre a história da inclusão no Brasil a luz da complexidade**. Revista Electrónica de Investigación y Docencia (REID), Monográfico 4, 71-82, 2019;

ARAÚJO, Gilda Cardoso de. **Estado, política educacional e direito à educação no Brasil: "o problema maior é o de estudar"**. Educar em Revista [online]. 2011, n. 39, pp. 279-292. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-40602011000100018>>. Epub 09 Jun 2011. ISSN 1984-0411;

BARBOSA, J. A., et al. **Alfabetização de alunos com Síndrome de Down na cidade de Aral Moreira - MS**. Revista Magsul de Educação da Fronteira, Faculdades Magsul, v. 2, n. 1, p.165-185, Mar. 2017;

BENTO, Fernanda Beatriz da Silva. **Reflexões acerca do D10. 502/2020 e suas respectivas implicações na Educação Inclusiva: avanço ou retrocesso? 2020**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte;

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

**GUIA SOBRE A LBI: Lei Brasileira de Inclusão**. Disponível em: <<https://www.maragabrilli.com.br/wp-content/uploads/2016/03/Guia-sobre-a-LBI-digital.pdf>>;

LIMA, Dellyane Pereira; MONTEIRO, Silvana Maria. **Educação inclusiva: a inclusão de alunos com síndrome de Down na educação infantil no município de Peixe-Boi/PA**. UFRA/Pólo Augusto Corrêa, PA, 2019;

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?** Editora Moderna, 2003, Coleção Cotidiano Escolar;

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A educação especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar**. Faculdade de Educação Universidade Estadual de Campinas, São Paulo. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade – LEPED/Unicamp, 2015;



**IV CINTEDI**

EDIÇÃO DIGITAL

10, 11 E 12 DE NOVEMBRO DE 2021

ISSN: 2359-2915

MIRANDA, Leila Conceição de Paula; SOUZA, Leonardo Tavares de; PEREIRA, Isabella Rodrigues Diamantino. **A trajetória histórica da EJA no Brasil e suas perspectivas na atualidade**. Seminário de Iniciação Científica, v. 5, p. 1-3, Montes Claros, 2016;

RIBEIRO, Amarolina. "**Declaração Universal dos Direitos Humanos**"; Brasil Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/geografia/declaracao-universal-dos-direitos-humanos.htm>>;

ROMERO, Thaís Sartori. **Os processos de Ensino e Aprendizagem do aluno com Síndrome de Down: um estudo no Noroeste do Paraná**. Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2014;

SANTOS, Jaqueline da Cruz; MENEZES, Livia Melo de Araújo; ROSA, Márcia Cristiane Mota. **A criança com síndrome de Down na escola: aspectos da interação social**; Disponível em: portal.fslf.edu.br 2016;

SANTOS, Maria Lucilene Pereira dos. **Inclusão de crianças com síndrome de down na rede regular de ensino: um estudo de caso na cidade de São Bento-PB**. Universidade Federal da Paraíba (UFPB), 2016;

SILVA, Naiane Cristina; CARVALHO, Beatriz Girão Enes. **Compreendendo o processo de inclusão escolar no Brasil na perspectiva dos professores: uma revisão integrativa**. Revista brasileira de educação especial, v. 23, n. 2, p. 293-308, 2017;

SILVA, Nara Liana Pereira; DESSEN, Maria Auxiliadora. **Síndrome de Down: etiologia, caracterização e impacto na família. Interação em Psicologia**, Psicologia, Curitiba, dez. 2002. ISSN 1981-8076. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/3304/2648>

SOUZA, Eliane Maria de. **Políticas Públicas e a Inclusão Social da Síndrome de Down**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Edição 05. Ano 02, Vol. 01. pp 987-1050, Julho de 2017. ISSN: 2448-0959;